



ESFOSUAS/PE

*Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco*

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e
Prevenção à Violência e as Drogas - SDSCJPVD**

**Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente**

Universidade Federal Rural de Pernambuco / Fundação Apolônio Salles



ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

CURSO

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitadora: Cyntia Medeiros



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



Secretaria
de Desenvolvimento Social,
Criança, Juventude e Prevenção
à Violência e às Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Fomentar a reflexão sobre a necessidade de aprimoramento e qualificação do trabalho no SUAS através de uma prática planejada.

O Curso

Facultar a compreensão de elementos teóricos importantes sobre o planejamento na política de assistência social e sua articulação com os instrumentos de planejamento. Abordaremos a função do diagnóstico socioterritorial no planejamento, monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.

Objetivo Geral

Contribuir para a qualificação dos trabalhadores, gestores e conselheiros no que diz respeito aos processos de planejamento, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social.

Objetivos Específicos

- Conhecer os principais aspectos e referenciais teóricos do planejamento na política pública de Assistência social;
- Analisar a articulação dos instrumentos de planejamento governamental com a Política de Assistência Social, em especial com o Planos de Assistência Social;
- Compreender a função do diagnóstico socioterritorial no planejamento da Política de Assistência Social;
- Destacar a importância do monitoramento, avaliação e função da vigilância socioassistencial enquanto mecanismo de produção de subsídios informacionais para a reconfiguração do plano de Assistência Social.

MÓDULO I

O PLANEJAMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PLANEJAMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



**Onde
estamos?**

?

?

Ao longo da última década, a convergência de esforços para a construção da arquitetura institucional do SUASS e para sua implantação resultou numa presença robusta da Assistência Social em todo o país. Foram construídas as bases necessárias à consolidação da Assistência Social como política pública de direito.

O planejamento de longo prazo constitui tarefa bastante desafiadora no campo das políticas públicas.

participação social e na construção coletiva

Planejamento é a ferramenta condutora do trabalho que ganha força quando está em rede: compartilhado, sistematizado, cronogramado com práticas planejadas.

Envolve um processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica do serviço. É um processo de racionalização, organização e coordenação do trabalho, que se articula em atividades concretas, conflituosas e problematizadoras.



ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

“GESTÃO E ORGANIZAÇÃO: PLANEJAR LOCALMENTE PARA DESCENTRALIZAR E DEMOCRATIZAR O DIREITO”:

**O planejamento é o
oposto do improviso.**

**Planejar é agir de um
determinado modo
para um determinado
fim. É o processo de
construir a realidade
com as características
que se deseja para a
mesma.**

**Clara – precisa – eficiente e eficaz –
direcionada – transformadora**

O planejamento representa o processo de síntese do conhecimento, constituindo-se em um espaço centrado na aprendizagem, tendo como referência o direito ao acesso aos conhecimentos elaborados histórica e socialmente

“É uma mediação teórico-metodológica para a ação consciente e intencional”.

É reflexão . É processo mental . É abordagem teórica .
É tomada de decisão . É previsão de uma ação .
É intencionalidade!

Planejamento é a ferramenta condutora do trabalho que ganha força quando está em rede: compartilhado, sistematizado, cronogramado com práticas planejadas.

Envolve um processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica do serviço. É um processo de racionalização, organização e coordenação do trabalho, que se articula em atividades concretas, conflituosas e problematizadoras.

Via de regra, o planejamento na política pública envolve um conjunto de atores com visões e expectativas distintas. Uma infinidade de dados de realidade e fatores políticos-institucionais norteiam os processos de tomada de decisão. A responsabilidade pelas decisões, e suas consequências na vida da sociedade, não mais se orientam pela vontade do indivíduo em seu universo pessoal.



Andrea Perotti

POLÍTICAS PÚBLICAS



É o mecanismo pelo qual o Estado viabiliza o acesso aos bens e serviços considerados direitos sociais aos seus cidadãos, através das **POLÍTICAS PÚBLICAS**. Também é importante conhecer que “uma das razões para o Planejamento é a necessidade de mediação entre futuro e o presente”

ferramenta de trabalho e gestão



PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Durante muito tempo o ator mais importante era o agente o formulador, aquele indivíduo ou instituição que detém o conhecimento técnico e trabalha a serviço dos que têm poder de decisão. Indica atividades, prazos, cronograma, responsáveis, etc.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Pressupõe a participação de diferentes agentes, considerando a importância dos diferentes saberes, e não só o conhecimento técnico.

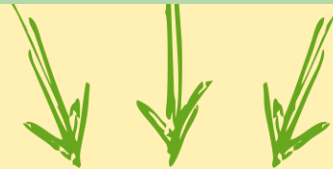


O plano, que é o produto do processo de planejamento, dá foco e direcionamento ao governo. E, se a função do governo é agir e transformar a realidade, precisa planejar.



É necessário reconstruir o processo de planejamento não mais reproduzindo a perspectiva instrumental-burocrática, mas concebendo-o numa perspectiva prático crítica

O pressuposto deste planejamento é de que a realidade social e econômica é dinâmica, com a presença de diversas forças e atores sociais, que historicamente são constituídos e organizados, sendo necessária a análise de conjuntura para o desvelamento permanente desta realidade.



“O coração do plano é a tentativa de governar um processo, e um processo só se governa por meio da ação. Conseqüentemente, a planificação se refere ao presente e isto lhe dá um grande sentido prático”

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

No PES, um problema corresponde a uma realidade insatisfatória e superável que provoca a ação do governo e dos atores sociais. Esta ação é projetada por meio do plano.



CICLO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO



FONTE: Texto 1 - O planejamento na Política Pública de Assistência Social

Fases do Planejamento

Elaborar: ver a ação global em que se está, decidir o tipo de sociedade, de pessoa, de educação, de escola (realidade desejada); verificar a distância entre a realidade existente e a desejada e propor ações, atitudes e normas orgânicas para diminuir esta distância;

Executar: agir em conformidade com o que foi proposto;

Avaliar: revisar cada um dos momentos, cada uma das ações, atitudes e normas e cada um dos documentos derivados

HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

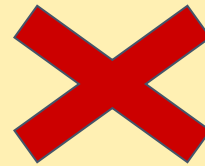


PNAS - SUAS



*Frágeis padrões de
organização*

*Política orientada pelo
improvisado*



*Estrutura
descentralizada,
participativa e
democrática*

CPF

*Caráter estratégico dos
sistemas de planejamento,
monitoramento e avaliação*

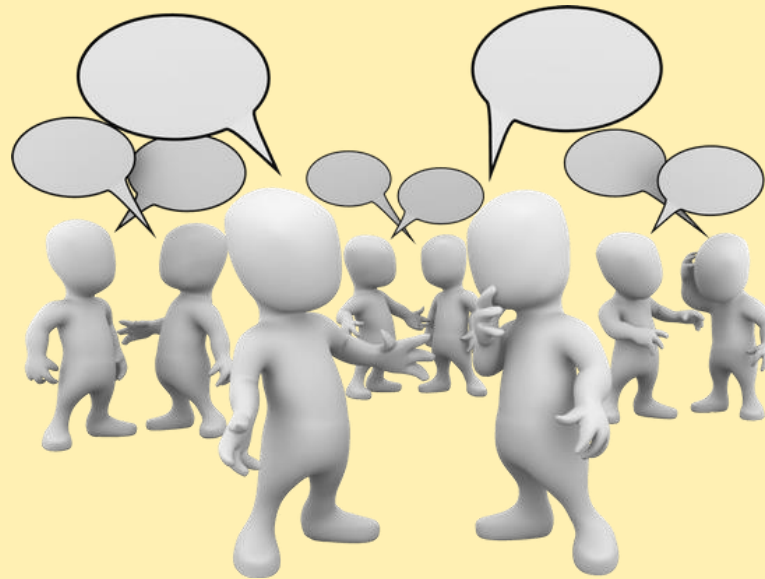


A política social pública é concebida como materialização das lutas e reivindicações da classe trabalhadora e dos segmentos socialmente vulnerabilizados, na perspectiva do atendimento às condições dignas de vida. Reivindicações que se transformam em objeto da agenda pública,

O planejamento numa perspectiva democrática

Exige relações democráticas de trabalho entre os diversos profissionais e uma relação dialógica entre profissionais, usuários e gestão. É espaço rico e pertinente à democratização das relações e do saber na formação de valores.

O PLANEJAMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



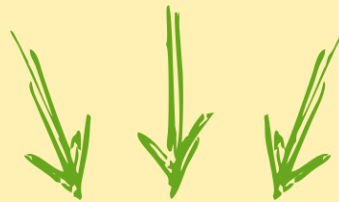
**Onde
estamos?**

**Como vamos
chegar lá?**

?

DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PLANEJAMENTO

Tem como matéria prima a questão social, em particular aquelas expressões que manifestam uma necessidade coletiva não atendida constituindo-se em objeto da política, a qual precisa ser reconhecida e incluída na agenda pública transformando-se em programa, ação, benefício, ou seja, em uma determinada resposta às demandas.



DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

DIMENSÃO ÉTICO POLÍTICA

DIMENSÃO TÉCNICO- OPERATIVA DO PLANEJAMENTO

Constituída pelas teorias, metodologias, instrumentos, técnicas e habilidades para realizar a ação, a dimensão técnico-operativa do planejamento indica as possibilidades de operar instrumentalmente sobre a realidade das práticas sociais produzindo determinados resultados.

PROCESSO DINÂMICO E CONTÍNUO



DIMENSÃO ÉTICO POLÍTICA PLANEJAMENTO

Esta dimensão impulsiona ações em defesa de valores éticos universais – liberdade, eqüidade, democracia, participação – e de modos próprios de reconstruí-los e operá-los em espaços diversos e particulares de relações sociais.

Instrumento de negociação e pactuação de interesses, quando se propõe ferramenta de suporte ao processo de escolha e tomada de decisão, quando comunica e expressa a opção política dos atores que planejam.



MÓDULO II

ARTICULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CICLO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O planejamento está inserido em todas as etapas do **CICLO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. Este ciclo é composto por fases que correspondem a momentos específicos e, ao mesmo tempo, interdependentes, requeridos para a efetivação das políticas públicas.



ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco



**Ferramenta analítica que permite conhecer
as várias fases dos processos político-
administrativos envolvidos
na realização de uma política pública.**

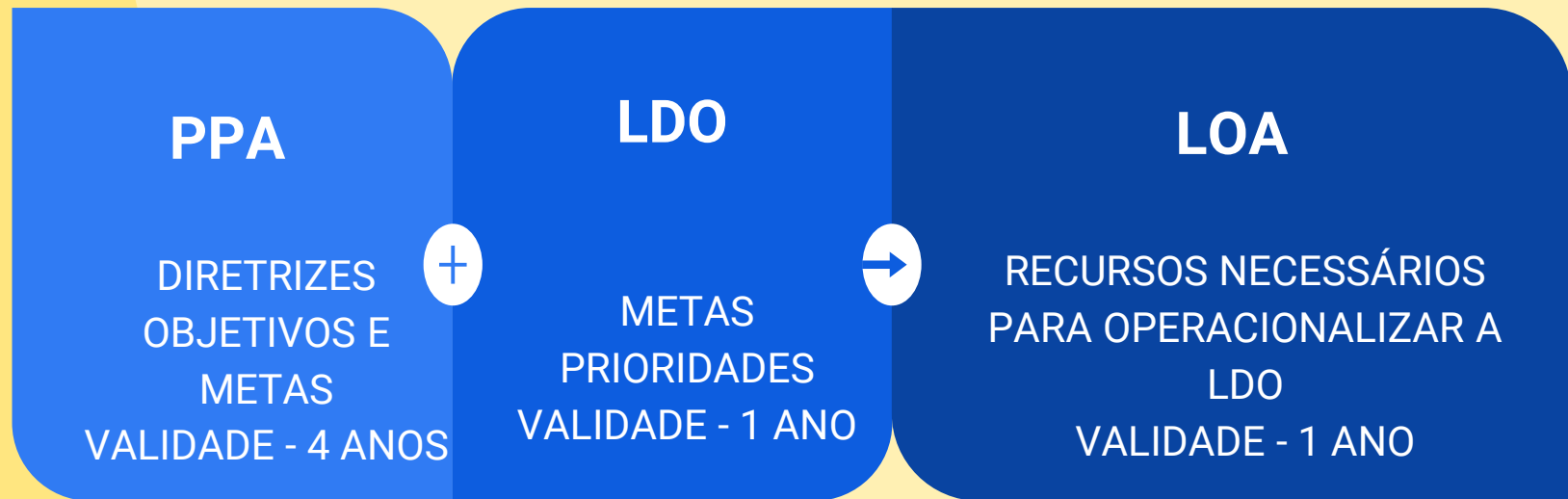
O planejamento orçamentário antecede a execução dos programas, serviços e benefícios.

Os recursos financeiros a serem utilizados com a implementação das ofertas socioassistenciais tem que estar previstos e aprovados no orçamento antes de poder usá-los. A aplicação dos recursos da assistência social é regrada por normas e orientações técnicas específicas para cada um dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO: PPA, LDO E LOA

**Ferramenta analítica que permite conhecer
as várias fases dos processos político-
administrativos envolvidos
na realização de uma política pública.**

Sistema integrado de planejamento e orçamento brasileiro



MAPA MENTAL

CICLO ORÇAMENTÁRIO



@PROF.FABIOLOBO



ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

O PPA estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as DESPESAS DE CAPITAL e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme exposto no artigo 165 da Constituição. Ele é elaborado no primeiro ano de governo, portanto, a cada quatro anos. O PPA foi concebido para ser o elemento central do sistema de planejamento, orientando os orçamentos anuais, por meio da LDO.

Ele é um instrumento de planejamento estratégico, de modo que é formado por todos os programas e projetos que o governo pretender realizar no período de quatro anos. A consequência disso é que a construção do PPA depende dos planos das políticas públicas setoriais.



Secretaria
de Desenvolvimento Social,
Criança, Juventude e Prevenção
à Violência e às Drogas



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



ARTICULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PLANO DECENAL, PACTO DE APRIMORAMENTO



PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

É um plano estratégico de longo prazo que sintetiza um conjunto de diretrizes e objetivos a serem alcançadas pelo SUAS tendo como perspectiva o seu aprimoramento.

2005-2015
I Plano Decenal

2016-2026
II Plano Decenal

As diretrizes, objetivos e metas do Plano Decenal subsidiam a construção do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS no município e dos Planos Municipais de Assistência Social.

PACTO DE APRIMORAMENTO DE GESTÃO DO SUAS

O Pacto é um instrumento de planejamento estratégico que reúne os compromissos firmados entre os órgãos gestores da assistência social nas três esferas de governo. É o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (NOB SUAS, 2012, Art.23).

PERIODICIDADE - QUADRIENAL

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo” (PNAS/04:119)

O plano define objetivos, foco e intencionalidade às ações, permite a articulação antecipada de conseqüências e resultados, possibilitando a antevisão do estado ou da situação que se quer conquistar.



A dimensão estratégica do Plano de Assistência Social no contexto do SUAS

É a possibilidade de uma abordagem racional e metódica sobre as situações de vulnerabilidade e risco que se expressam nos territórios, viabilizando o ordenamento de atos decisórios, seleção de ações, escolhas de caminhos estratégicos, em momentos definidos, baseados em conhecimentos teóricos e técnicos.

O plano define objetivos, foco e intencionalidade às ações, permite a articulação antecipada de conseqüências e resultados, possibilitando a antevisão do estado ou da situação que se quer conquistar.

No contexto de implantação do Sistema Único de Assistência Social, que busca superar a prática assistencialista e clientelista, o Plano é:

- Instrumento fundamental para a construção de uma política planejada, efetiva e de impacto sobre as situações de vulnerabilidade e risco sociais identificadas nos territórios;
- Parâmetro básico para a democratização do processo decisório;
- Mecanismo para viabilizar a inserção da assistência social ao sistema de planejamento global do município, bem como aos sistemas de planejamento da assistência social nos âmbitos estadual e federal.

Adotar procedimentos normativos tradicionais, elaborados em gabinete por uma equipe de especialistas e tudo que for determinístico, rígido e formal está condicionado a se tornar inadequado e a enfrentar dificuldades, dada a dinâmica desafiadora da realidade. Tudo que é centralizado, autoritário e burocrático tende a ser rejeitado, visto o estágio de democratização da sociedade brasileira e seu anseio por ampliar os espaços de participação e controle social.

DINÂMICO

FLEXÍVEL

PARTICIPATIVO

**O plano não é apenas uma
ferramenta técnica, mas um
instrumento essencialmente
político.**

Condutas estratégicas



1. Levam o plano a se completar e refazer na ação;
2. Consideram cenários/ contextos/ circunstâncias;
3. Percebem e manejam o contexto social na correlação das forças políticas, das relações de poder e conflitos;
4. Articulam áreas e setores;
5. Formulam e negociam estratégias tendo em vista assegurar a direção que se pretenda imprimir;
6. Atribuem um caráter participativo e comunicacional fazendo do plano um produto coletivo;
7. Conduzem o processo de decisão no contexto das relações de poder que estão em jogo.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Os conselhos têm a função precípua de realizar o controle e a fiscalização dos recursos destinados às ações finalísticas, ou seja, serviços, programas, projetos e benefícios previstos na LOAS e definidos no PAS.



ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

MÓDULO III



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL NO PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Território como unidade de investigação

O território precisa ser visto como um espaço dinâmico de produção das relações sociais que sofre influência direta e da mesma forma influencia a vida de cada família que ali encontra abrigo e sustento. É no território que são produzidas as necessidades dos cidadãos, onde os direitos são negados ou assegurados.



DIAGNÓSTICO



Análise

Pesquisa

Investigação

Identificação

Fonte	Sítio	Conteúdo
IBGE	www.ibge.gov.br	Síntese de Indicadores Sociais Brasil em Números Cidades@ Estados@ Países@ Perfil dos Municípios Brasileiros Comitê de Estatísticas Sociais
IPEA	www.ipea.gov.br	IPEADATA Relatório de Acompanhamento dos ODM Boletim de Conjuntura
ANIPES	www.anipes.org.br	Acesso aos sites de mais de 25 instituições subnacionais que compilam dados e indicadores sociais e econômicos, além de estudos para subsidiar o Planejamento Governamental
PNUD	www.pnud.org.br	Aplicativo Atlas do Desenvolvimento Humano Relatório do Desenvolvimento Humano
Ministério da Justiça	www.mj.gov.br	Ocorrências policiais Efetivo e Gastos em Segurança Pública
Ministério da Saúde	www.datasus.gov.br	Indicadores e Dados Básicos Cadernos de Informações Municipais Painel Situacional
Ministério das Cidades	www.cidades.gov.br	Sistema Nacional de Informações sobre Cidades
Ministério da Educação	www.inep.gov.br	Edudata Brasil Sistema de Consulta ao IDEB
Ministério da Previdência	www.previdencia.gov.br	Infologo Anuário da Previdência Social
Ministério do Trabalho	www.mte.gov.br	Perfil do Município Acesso on-line à RAIS e CAGED
Ministério do Desenvolvimento Social	www.mds.gov.br	Matriz de Informações Sociais Censo CRAS

Os usuários e os conselheiros da Política de Assistência Social também são atores sociais imprescindíveis para a discussão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política, afinal são os atores que vivenciam proteções e desproteções sociais nos territórios onde vivem.

Estes personagens com a tarefa de fazer o diagnóstico socioterritorial precisarão **criar capacidades de diálogo para troca de informações, cooperação na coleta dos dados, confiança na elaboração dos objetivos e do percurso metodológico do Plano para a devida tomada de decisão.**

A IMPORTÂNCIA DOS DADOS QUALITATIVOS!

A vigilância socioassistencial deve ser depositária de **métodos de trabalho no território** para obtenção de conhecimento das comunidades.

Os usuários, bem como os trabalhadores das unidades, detêm informações relevantes sobre seus territórios - essas informações raramente são contempladas por indicadores e relatórios analíticos

É importante criar mecanismos de estruturação e demonstração desse conhecimento local e, assim, **dar voz ao usuário e ao trabalhador**



ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Diagnósticos socioterritoriais podem (e devem) conter indicadores e estatísticas sobre os territórios, porém há que se ter clareza de suas insuficiências e incompletudes para capturar ou representar as dinâmicas relacionais, as tramas que se dão na escala do cotidiano, nos lugares. (BRASIL, 2013: p.72)





ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Segundo Januzzi (2009, p. 22), os indicadores sociais se prestam a :

- **subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo;**
- **possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem- -estar da população por parte do poder público e sociedade civil e;**
- **permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.**

MÓDULO IV

MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

CONCEITO - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A Vigilância Socioassistencial é uma área vinculada à Gestão do SUAS que tem como responsabilidade precípua a **produção, sistematização e análise de informações territorializadas** sobre as **situações de risco e vulnerabilidade** que incidem sobre famílias e indivíduos, assim como, de informações relativas ao **tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados** pela rede socioassistencial

O Objeto central da Vigilância Socioassistencial é realizar a análise da adequação entre as necessidades da população e a oferta dos serviços, vistos na perspectiva do território.

Esta visão de totalidade, integrando necessidades e ofertas, **permite** traçar melhores ações e estratégias para prevenção e para redução de agravos, contribuindo para o planejamento, gestão e execução da política e dos serviços, objetivando sempre o fortalecimento da função de proteção social do SUAS.

Objetivos da PNAS

a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;

a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.





ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

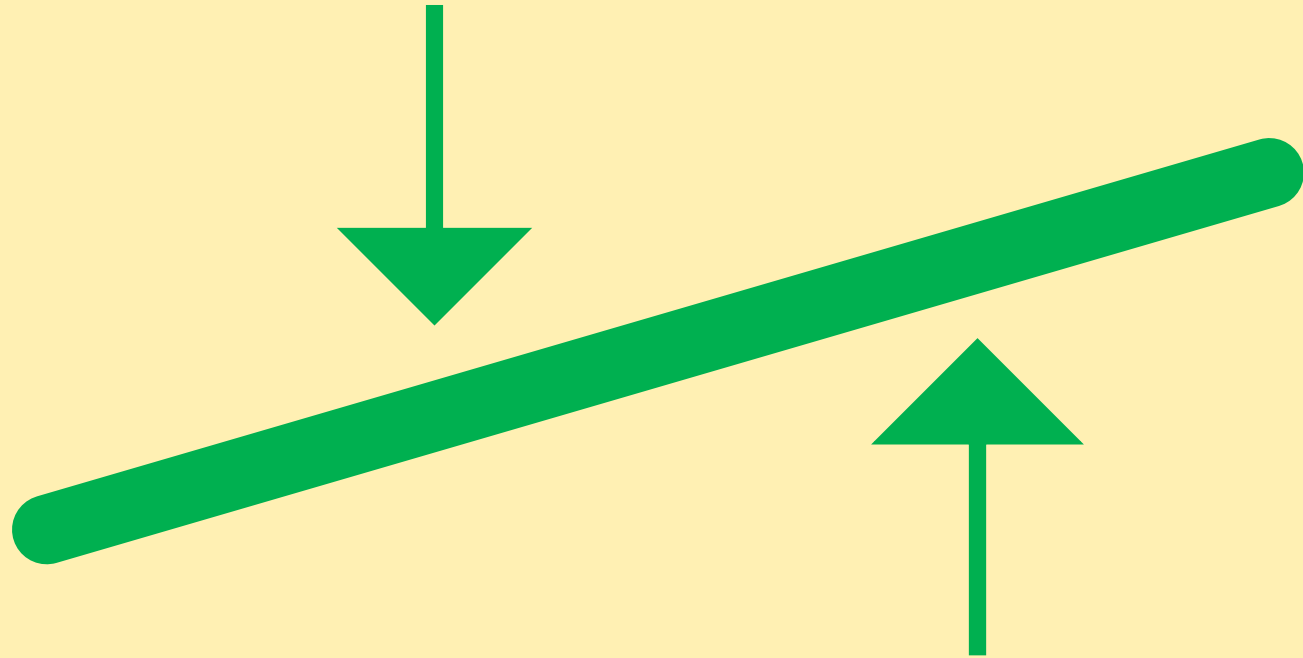
A arquitetura institucional do SUAS possibilita o estabelecimento de espaços de gestão voltados para a qualificação da atuação técnica sustentada por um conhecimento preciso da realidade, e, que sendo assim, orienta a intervenção antecedida por planejamento e racionalidade. É o caso da vigilância social,.



A vigilância socioassistencial deve apoiar atividades de **PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO e EXECUÇÃO** de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços.

No âmbito do SUAS, o monitoramento é uma atividade da Vigilância Socioassistencial, por meio da qual são levantadas continuamente as informações sobre os serviços ofertados à população, principalmente quanto aos aspectos de sua qualidade e de sua adequação quanto ao tipo e volume da oferta.

RISCOS E VULNERABILIDADES



OFERTA REAL DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS PARA MONITORAMENTO



• CENSO SUAS



• ID CRAS E ID CREAS



• NORMATIVAS TÉCNICAS E
RESOLUÇÕES



• PACTO DE APRIMORAMENTO DO
SUAS

AVALIAÇÃO

- 
1. CONSTATAR
 2. REFLETIR
 3. AGIR

AGIR PARA MELHORAR

Diferença entre Monitoramento e Avaliação

Uma diferença entre a avaliação e o monitoramento é a capacidade da primeira de refletir uma relação de causa e efeito e a possibilidade de inferir um julgamento de valor a uma intervenção ou programa.

Já o monitoramento verifica a realização regular e sistemática das atividades, seus produtos e resultados, comparando-os com parâmetros pré-estabelecidos.

O monitoramento utiliza-se de uma quantidade de observações maior do que a avaliação, pois é um processo contínuo. Já a avaliação é executada esporadicamente.



Avaliação: análise dos efeitos para determinar a sua capacidade de gerar as mudanças planejadas.

Monitoramento: atividade para gerar informações simples e tempestivas sobre a operação do programa, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento.



ESFOSUAS/PE

Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude
e Prevenção à Violência e as Drogas - SDSCJPVD
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente**

www.sigas.pe.gov.br

E-mail: capacitasuas.pe@sdscj.pe.gov.br

Telefone: 81 3183 0715

**Fundação Apolônio Salles
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**

E-mail: capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br

Telefone: 81 9.9943 0055